

# Apresentação

Esta edição da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) publica os números 209/210/211, seguindo procedimento adotado em edições anteriores visando recuperar sua periodicidade. Dessa forma, em setembro próximo, quando for publicado o próximo volume, atingiremos o objetivo proposto.

Antes de passarmos a comentar seu conteúdo, gostaríamos de informar a reestruturação do Comitê Editorial, composto agora pelos professores Cecília Irene Osowski (Unisinos), Leila de Alvarenga Mafra (PUC-MG), Maria Cecília Sanchez Teixeira (USP), Maria Laura Barbosa Franco (FCG), Tarso Bonilha Mazzotti (UFRJ), Moacir Gadotti (IPF) e por mim, a coordenadora.

Renovar o Comitê Editorial não foi tarefa fácil. Em primeiro lugar, pela reconhecida competência e pela dedicação dos antigos membros à Revista, aos quais agradecemos profundamente. Seus substitutos deveriam ser, portanto, nomes que tivessem grande peso na comunidade educacional e se dispusessem a apoiar efetivamente a RBEP, para que ela mantivesse a trajetória que tem caracterizado seus sessenta anos de existência.

Embora tenhamos nos deparado com o dilema de escolher entre dezenas de opções de excelência, a composição final foi motivo de orgulho para o Inep. De fato, conseguimos reunir um grupo de profissionais que aliam competência e reconhecimento profissional à constância no apoio à RBEP ao longo dos anos, seja publicando artigos e ensaios, seja dando parecer sobre os textos recebidos para publicação. Procuramos, ainda, ter representantes de distintas regiões e instituições brasileiras.

Em suas primeiras reuniões, o novo Comitê Editorial dedicou-se a preparar a edição comemorativa dos sessenta anos da RBEP, que será publicada brevemente e, ainda, a definir as linhas mestras que levem ao fortalecimento da RBEP como espaço de divulgação de estudos e trabalhos científicos que contribuam para disseminar e promover o debate dos temas cruciais para nosso país no campo educacional.

Este volume é, portanto, de transição, pois publica artigos selecionados pelo Comitê Editorial anterior e pelo atual. Os artigos escolhidos refletem, de toda maneira, algumas das prioridades que deverão ser contempladas nos próximos números, entre elas a de problematizar a universalização da educação brasileira, o que remete inevitavelmente a refletir sobre sua qualidade e os impactos de tal universalização, e que não pode ser dissociada da discussão sobre o papel e a responsabilidade dos entes envolvidos – governos, escolas e seus gestores e professores, a universidade, os alunos e seus pais, a comunidade – nem, tampouco, da questão da equidade e da justiça social, como condicionantes do atual quadro.

Nesse sentido, abrindo a seção Estudos, o texto de Nelly P. Stromquist lança um olhar sobre a desigualdade e seu reflexo na educação, no artigo “A desigualdade como meio de vida: educação e classe social na América Latina”. Sua autora argumenta que, embora governo e sociedade lamentem a desigualdade na educação, as diferenças de acesso e de qualidade continuam sem um questionamento eficaz, pois a isto são acrescentadas a distribuição das escolas em privadas e particulares e a decadência da escola rural quanto ao número de horas-aula, preparação docente e infra-estrutura.

Candido Alberto Gomes, Beatrice Laura Carnielli, Isolêta Rodrigues Assunção, em “A expansão do ensino médio e a educação de jovens e adultos: alternativa negligenciada de democratização?”, procuram caracterizar a expansão recente do ensino médio por meio do ensino regular e da educação de jovens e adultos (EJA), investigando os efeitos da elevação do limite etário para a conclusão do curso via EJA. Constatam que o crescimento das matrículas via EJA foi mais rápido que no ensino regular, porém partindo de uma base muito menor. No entanto, no quadro retratado pelos censos escolares, que abrange parte da EJA, o ensino regular tem permanecido uma preferência expressa dos alunos com distorção série/idade.

“Trazendo para debate a preocupação com a formação dos professores para o ensino básico”, de Alberto Nicodemo Senapeschi, aborda um dos temas cruciais para discutir a qualidade da educação. Debate a preocupação com a formação dos professores para o ensino básico, considerando as características da sociedade tecnológica e as necessidades educacionais da população com vistas a sua inserção social plena. Para apresentar e desenvolver as idéias, são trazidas opiniões de pessoas pertencentes a diferentes setores da sociedade.

No texto “Re-significando a profissão docente: o imaginário de formandos de cursos de Pedagogia”, Maria Cecília Sanchez Teixeira e Emília Darcy de Souza Cuyabano apresentam resultados de pesquisa sobre a construção da profissionalidade em formandos de cursos de Pedagogia. Tendo como suportes teóricos a Antropologia do Imaginário, de Gilbert Durand, e os estudos culturais sobre a formação docente, seu objetivo é compreender como os formandos ressignificam, no imaginário, o ideário da profissão.

Em “Qual a base de conhecimentos que meu aluno deve ter?: uma experiência de ensino e aprendizagem de construção de indicadores educacionais”, as autoras Aline M. de M. R. Reali, Cláudia R. Reyes, Elisabeth M. Martucci, Maria da Graça N. Mizukami, Emilia F. de Lima, Regina M. S. P. Tancredi e Roseli R. de Mello apontam alguns aspectos relacionados ao processo de construção coletiva de indicadores educacionais por professores das séries iniciais. Os dados foram obtidos analisando uma experiência de ensino e aprendizagem junto a um grupo de professores de uma escola da rede pública do Estado de São Paulo.

Jaime Gonçalves de Almeida, autor do artigo “Significado das práticas construtivas na aprendizagem universitária da Arquitetura”, analisa as implicações das práticas construtivas, ou do trabalho propositivo, na aprendizagem de arquitetura, procurando ressaltar sua importância para a formação e para a inserção do arquiteto na produção do ambiente. Também procura compreender a função da prática na instrução universitária do arquiteto sob o crivo de alguns temas básicos, como conhecimento e inteligência, concretude e realidade, autonomia e individuação, enunciação e linguagem, e agenciamento social.

Em “A formação da memória no desenvolvimento psíquico: contributo à educação”, Lucélia Yumi Inumar e Isilda Campaner Palangan mostram que ao longo da história, juntamente com o trabalho, as funções psíquicas são constituídas e modificadas. Em meio às transformações da sociedade contemporânea, a memória, como uma dessas funções, vem sendo gradualmente e cada vez menos exercitada, devido à disponibilidade de recursos tecnológicos com vistas a esse fim.

O artigo “Violência doméstica: a realidade velada”, de Marisa Marques Ribeiro, Ademir José Rosso e Rosilda Baron Martins, aborda a temática da violência que, por ocorrer no domínio privado do âmbito familiar, acaba não merecendo a devida atenção da sociedade. Constata que, embora os arranjos familiares tenham mudado com o transcorrer do tempo, a violência familiar continua marcando presença, caracterizada pela ação ou omissão do adulto sobre a criança e/ou adolescente.

Na seção Avaliação, o artigo “Índice de Qualidade da Educação Fundamental (IQE): proposta para discussão”, de Carlos Henrique Araújo, Frederico Neves Conde e Nildo Luzio, apresenta o Índice de Qualidade da Educação (IQE), elaborado tomando-se em consideração três indicadores da educação fundamental no País: a taxa de adequação idade-série, a taxa de atendimento, também chamada de frequência escolar, e a média dos Estados brasileiros no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Na seção Estatística, Carlos Eduardo Moreno Sampaio e Vanessa Nespoli refletem sobre o conceito de universalização do ensino fundamental e apresentam uma nova proposta de indicador para avaliar não apenas o acesso a esse nível, mas também sua conclusão. Os autores entendem universalizar como a obtenção de oito anos de escolaridade e não, simplesmente, estar frequentando a escola.

Na seção Cibec/Documentação, Mari Eliza Brefere Arnoni apresenta o texto “Programa de Legislação Educacional Integrada: dinâmica e tendências (ProLei Histórico 1961-1996)”. Utilizando os dados apresentados no *site Programa de Legislação Educacional Integrada – ProLei Histórico (1961 a 1996)* e, numa perspectiva crítica, aponta situações e direções das normas oficiais, no intuito de facilitar a incursão nesse complexo campo da educação.

*Orosinda Maria Taranto Goulart*

Diretora de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais do Inep  
e Coordenadora do Comitê Editorial